



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

☐ **REQUERIMENTO** Número /XII
(.ª)

☒ **PERGUNTA** Número /XII
(.ª)

Assunto: Processos de contraordenação para cidadãos que não exijam faturam

Destinatário: Ministério do Estado e das Finanças

Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República

De acordo com as recentes alterações introduzidas no Código do IVA pelo Decreto-Lei 197/2012, de 24 de agosto, “As pessoas que paguem rendimentos previstos no artigo 3.º são obrigadas a exigir os respetivos recibos ou faturas”, tal como está previsto no nº4 do art.º 115, que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2013. De acordo com o número 2 do artigo 132.º, “O disposto no n.º 4 do artigo 115.º do Código do IRS é aplicável com as necessárias adaptações aos rendimentos sujeitos a IRC”. Assim através desta alteração, o Governo obriga todos os consumidores a pedirem uma fatura ou recibo em praticamente todos os atos de consumo que pratiquem. Caso não o façam, estão sujeitos a uma coima entre 75 euros e 2.000 euros, segundo o número 2, do artigo 122.º do Regime Geral das Infrações Tributárias.

O Bloco de Esquerda votou contra esta alteração, pois materializa o pressuposto do cidadão-polícia. É o Estado à espreita em cada esquina para punir os cidadãos até pelo simples facto de não pedirem a fatura de um café.

Apesar do absurdo da Lei, o Governo tem no terreno operações de fiscalização, numa autêntica caça à multa. “Informa-se que, durante o ano de 2013 e no âmbito da ação de fiscalização em larga escala para garantir o cumprimento das novas regras de faturação, a inspeção tributária da AT [Autoridade Tributária e Aduaneira] já instaurou diversos processos de contraordenação a consumidores finais por incumprimento da obrigação da exigência de fatura”, segundo um comunicado da secretaria-geral dos Assuntos Fiscais reproduzido pela Agência Lusa.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda quer saber quantas ações de fiscalização foram já efetuadas, quais os recursos mobilizados e quantas pessoas foram já alvo de coimas no âmbito destas ações.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Estado e das Finanças, as seguintes perguntas:

1. Quantas ações de fiscalização foram já efetuadas no âmbito da aferição do cumprimento do nº 4 do artigo 115 do CIVA?



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

2. Quantos cidadãos foram multados no âmbito dessas mesmas ações? Qual o valor total das multas aplicadas?
3. Quantos trabalhadores estão afetos a estas ações de fiscalização?

Palácio de São Bento, 14 de fevereiro de 2013.

O deputado
Pedro Filipe Soares